

## O DEBATE ATUAL SOBRE A DEPENDÊNCIA

Niemeyer Almeida Filho<sup>1</sup>

**Resumo:** o trabalho discute a atualidade do conceito de dependência. Para tanto, recupera trabalhos que fizeram parte das origens do Aporte da Dependência. Mostra que as transformações do capitalismo desde os anos 1980, mas sobretudo dos anos 1990, reforçam a idéia de parte dos autores do Aporte que sustentavam que a dependência era uma condição estrutural imutável nos parâmetros do capitalismo. Há uma atualização dos termos originários, com incorporação da idéia de subordinação. Conclui-se que há claros sinais de dependência nas relações internas ao sistema capitalista global deste começo de século. No entanto, houve afastamento das posições originárias que compuseram o antigo Aporte, de maneira que não há mais sentido em mantê-las num marco analítico comum.

Com o desempenho medíocre das economias latino-americanas desde os anos 1980, o debate em torno do status teórico da Dependência tem sido recuperado. Isto porque os dados empíricos desse período configuram uma situação que o Aporte da Dependência tomava como base para sustentar a tese de que a divisão internacional do trabalho, uma vez estendida ao conjunto dos países capitalistas, reproduzia-se estruturalmente, com flutuações anticíclicas das participações das economias periféricas na produção da riqueza global.<sup>2</sup>

A própria referência ao “aporte”, que aqui reproduzimos, é resultado da contestação do alcance teórico das teses. O aporte sugere um conjunto de aspectos que não chega a caracterizar uma teoria, o que exigiria objeto e método de tratamento em comum. Ao contrário disto, o que ficou conhecido como Aporte da Dependência foi um conjunto de estudos que abordavam sim uma mesma manifestação fenomênica, porém sem homogeneidade metodológica. Tanto que houve um debate interno inconcluso a respeito do alcance teórico da “escola”.

Nosso objetivo neste artigo é recuperar os pontos principais do debate interno ao Aporte, sistematizar algumas das principais críticas a respeito das debilidades das teses originais e avaliar, à luz dos fenômenos atuais, se algum avanço é possível.

---

<sup>1</sup> Professor adjunto do IE-UFU. Doutor em economia pelo IE-UNICAMP.

<sup>2</sup> Este último aspecto não pode ser estendido ao conjunto do Aporte, pois foi defendido por FRANK (1980). A razão de fazermos a indicação deste aspecto no preâmbulo do artigo é que os dados empíricos recentes parecem confirmar também a tese do desenvolvimento anticíclico. No entanto, este aspecto não será tratado no trabalho.

O artigo está dividido em três seções. Na primeira delas é feito um levantamento dos principais questionamentos à “teoria da dependência”. São apresentadas as considerações de CARDOSO (1995) como representativas da contestação interna e as de LALL (1975) como representativas de uma crítica externa. Além dessas, são apresentadas as considerações de HUNT (2003) como expressão das dificuldades atuais de constituição de uma teoria consistente sobre a dependência.

Na segunda seção, mostramos a idéia de sistema mundo como uma tentativa de dar consistência à abordagem geral da dependência. Na terceira seção, apresentamos uma possível adaptação dos termos originários às condições deste começo de século, bem como, mostramos alguns pontos que continuam em aberto numa possível agenda de uma teoria da dependência.

### ***1. Os principais questionamentos à teoria da dependência***

Dos trabalhos que são reconhecidos como parte do Aporte da Dependência, nos termos formulados por HUNT (1989), nos interessa citar, para os propósitos deste artigo, aqueles que têm a perspectiva de construção de uma teoria geral da dependência.<sup>3</sup> Destes, o que apresentou a definição mais ampla e aceita no período inicial de desenvolvimento do Aporte foi THEOTÔNIO DOS SANTOS (1969). Ele vê a **teoria da dependência** como uma “visão da periferia” da **teoria do imperialismo** –, ou, em outras palavras, para ele, “... Ao

---

<sup>3</sup> Esses trabalhos são identificados, no âmbito do Aporte, como neomarxistas. BLOMSTRÖM e HETTNE (1990:51) tratam especificamente do surgimento desta dissidência do marxismo ortodoxo. Segundo eles, não é fácil analisar a relação entre essas duas perspectivas, mas é óbvio que uma apoiava a outra. A origem do termo está associada ao trabalho de PAUL BARAN (1952). Em sua análise de economia política do desenvolvimento, BARAN utilizou o conceito de excedente econômico e examinou como este era criado e utilizado em diferentes sistemas sociais. O excedente foi definido como a diferença entre produção e consumo. Além disto, BARAN distinguiu entre o excedente real e excedente potencial, definindo este último como a diferença entre a produção que seria possível em um determinado ambiente geográfico e tecnológico, e aquela que poderia ser considerada “necessária” para o consumo. Ele utilizava este conceito em sua análise tanto dos países desenvolvidos como dos países subdesenvolvidos. Houve um abandono da idéia de que o capitalismo difundia-se desde o “centro” a uma “periferia”. Em lugar disto, introduziu a idéia do subdesenvolvimento como um processo ativo que seguia o desenvolvimento do centro. Esta posição constituiu-se num claro rompimento com o marxismo clássico. THEOTÔNIO DOS SANTOS filia-se a este grupo.

entender a dependência e conceituar e estudar os seus mecanismos e sua força histórica pode-se expandir e reformular a teoria do imperialismo” (pág. 73).

Segundo esta formulação, a definição de dependência é a de uma situação na qual economias de um grupo de países são condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outras. Uma relação de interdependência entre dois ou mais países ou entre estes países e o sistema mundial de comércio torna-se uma relação de dependência quando alguns países podem expandir-se por movimento próprio, enquanto outros, estando numa situação de dependência, só podem expandir-se como um reflexo da expansão dos países dominantes, os quais devem ter efeitos positivos ou negativos nos seus desenvolvimentos imediatos.

Os centros do capitalismo são, em princípio, capazes de um desenvolvimento autárquico, completamente independente da periferia, sendo que o reverso não ocorre. A referência a centros no plural significa que o termo apreende uma dimensão geopolítica. A acumulação nos centros é possível pelo crescimento dos salários a uma taxa sustentável, e que permite a realização sustentável e crescente da acumulação, através da expansão do consumo. A tendência a superacumulação, com a conseqüente necessidade da expansão das oportunidades de investimentos, é contrarrestada pelo capitalismo monopolista através do uso não produtivo do excedente em itens como os serviços de bem-estar, propaganda, gastos militares, etc. Esses mercados, como BARAN e SWEEZY (1966) mostraram, servem simultaneamente para expandir o consumo e para reduzir o excedente reinvestível. Assim, tanto a realização do excedente, quanto a apropriação de excedente dos países periféricos não é logicamente necessária ao desenvolvimento do centro.

No entanto, o movimento concreto da acumulação não segue integralmente esta formulação, pois, na prática, em razão de que inicialmente “os salários reais no centro não cresceram suficientemente, uma forma de expansionismo foi necessária, o que conferiu algumas funções à Periferia [como provisão de mercados para manufaturados e oferta de matérias-primas baratas]. Contudo, desde as últimas décadas do século dezenove, os salários reais têm crescido nos centros a uma taxa mais elevada, e isto tem causado um expansionismo do modo de produção capitalista para assumir novas formas (imperialismo e

a exportação de capital) e também conferido à periferia novas funções a cumprir”. (AMIN, 1976:76, apud HUNT, 1989:201, tradução própria)

Ainda assim, o argumento sustenta que essas novas funções da periferia não são essenciais à sobrevivência do capitalismo, não obstante ajudem a contrarrestar a tendência declinante da taxa de lucro, pois o capitalismo monopolista tem concretamente encontrado formas de contrarrestar essa tendência em nível dos centros. Portanto, a periferia não é essencial ao desenvolvimento do capitalismo nos centros; não há uma verdadeira interdependência entre os centros e a periferia, no sentido de serem partes diferentes, complementares, mas igualmente importantes, uma para a outra. Isto não contradiz a avaliação de que os centros tenham convenientemente se aproveitado e explorado a periferia de forma a potencializar a sua própria acumulação de capital.

Esta formulação, como se sabe, não é consensual no âmbito do Aporte. CARDOSO e FALETO (1979) enfatizaram a diversidade das experiências de dependência, sugerindo a necessidade do estudo das situações específicas de cada um dos países. Há, no entanto, pelo menos dois aspectos em comum com a análise antes citada: a existência de um sistema capitalista mundial integrado; e a concepção de que as condições políticas e econômicas no Terceiro Mundo são determinadas pela interação de fatores internos e externos.

CARDOSO e FALETO definem dependência como uma situação em que a acumulação e a expansão de capital não podem encontrar os seus componentes essenciais dentro do sistema. Há estágios variados e formas de dependência, a depender da composição de propriedade da produção na periferia. Entretanto, enquanto a análise originária de THEOTÔNIO DOS SANTOS sugere que a mudança na periferia é preponderantemente determinada externamente, CARDOSO e FALETO dão grande ênfase ao escopo da geração interna da mudança.

Um suposto básico da análise desses últimos é o de que a estrutura social não é imutável. Assim, o sucesso – o desenvolvimento – é possível e o seu alcance depende fortemente dos níveis de desenvolvimento econômico e do equilíbrio das forças políticas de cada um dos

países da periferia. Esta perspectiva é qualitativamente diferente daquela que conclui que o desenvolvimento na periferia só é possível no socialismo.

Por outro lado, em LALL (1975), há uma contestação mesmo da validade da abordagem da dependência. A declaração provocativa dele é a de que não há uma forma identificável de dependência que seja uma característica necessária, muito menos suficiente, de subdesenvolvimento. Para ele, muitos dos elementos de dependência são também encontrados em economias capitalistas mais desenvolvidas. Trata-se, evidentemente, de uma crítica externa ao Aporte.

LALL (1975:800) chega a apresentar um desafio teórico aos formuladores de uma “teoria da dependência” instando-os a cumprir dois critérios que julga essenciais. Segundo ele:

- 1) Uma “teoria da dependência” deve apresentar algumas características de economias dependentes que não sejam encontradas em economias não-dependentes;
- 2) Estas características devem afetar adversamente o curso e padrão de desenvolvimento das economias dependentes de maneira que não possam ser dissociadas desta condição.

Esse “desafio”, como se sabe, não pode ser atendido pelos formuladores da versão “dura” da dependência, fazendo com que a versão proposta por CARDOSO e FALETO, especialmente o primeiro, em outros trabalhos, tivesse predomínio de aceitação. É claro que a crítica externa dificilmente é formulada de uma maneira rigorosa, exigida numa perspectiva de teoria do conhecimento, pois estabelece requisitos a partir de uma concepção teórica diferente. Não obstante, produz efeitos importantes no âmbito acadêmico.

Não por outra razão, a retomada recente da natureza da “condição periférica” no Brasil tem sido feita praticamente a partir das mesmas questões. Em HUNT (2003), há uma síntese do que poderia ser uma avaliação atual do debate da dependência<sup>4</sup>, apresentada na forma de

---

<sup>4</sup> Segundo FRANK (1991), apud Theotônio dos Santos (2000:28), são cinco os livros que tratam do debate sobre a teoria da dependência nos anos de 1989/90: Development Theory and the Three Worlds, HETTE (1990); Economic Theories of Development, HUNT (1989); Latin American Theories of Development and Underdevelopment, KAY (1989); Theories of Development, LARRAIN (1989); e Democracy and Development in Latin America, LECHMAN (1990). Destes, o livro de DIANA HUNT – Teorias Econômicas de Desenvolvimento – Uma Análise da Disputa dos

problemas que ainda são o foco das discussões sobre a dependência. Para ela, é preciso considerar, para que se construa uma teoria da dependência consistente, os seguintes aspectos:

- A crescente interdependência entre as nações na economia mundial;
- As dificuldades, ainda presentes, de identificação dos elementos de dependência, nas relações econômicas mundiais, que restringem o desenvolvimento somente em economias menos desenvolvidas;
- A importância relativa de condições externas e restrições de política doméstica no desenvolvimento dos países periféricos;
- A crescente importância da competição entre as economias periféricas;
- A importância relativa da *dependência* e *vulnerabilidade* como restrições ao desenvolvimento;
- A importância contemporânea da dependência institucional;
- A diferenciação entre as dependências permanente e temporária;
- As dependências externa e interna e suas diferenças.

Os termos da retomada do debate, conforme expresso por HUNT (2003), denotam uma manutenção da hegemonia da abordagem representada por CARDOSO (1995). Segundo ela, é possível tirar do debate inicial sobre dependência [dos anos 1960] uma definição amplamente aceita de dependência econômica (que está relacionada ao trabalho de DOS SANTOS) e um arcabouço metodológico, também amplamente aceito para a análise da dependência relacionado aos trabalhos dos professores CARDOSO e PALMA<sup>5</sup>. Esta metodologia está incluída num arcabouço teórico mais amplo para o estudo da dependência. Entretanto, não há uma teoria ampla e distinta, válida para todos os casos em que a dependência condiciona o desenvolvimento das economias.

---

Paradigmas, embora não seja o livro mais citado pelos autores que fazem parte do debate sobre a dependência, é um dos mais abrangentes, dedicando um capítulo inteiro para cada um dos paradigmas. Um deles é focado na “Análise da Dependência”, razão pela qual nos baseamos, daqui para frente, em suas considerações para uma avaliação das principais linhas de formulação sobre o tema. Em 2003, a autora participou de um workshop sobre desenvolvimento organizado pelo IE/UFU em que apresentou uma síntese das questões ainda em aberto.

<sup>5</sup> PALMA (1978).

Esta forma de apreender a dependência é exatamente a mesma de CARDOSO (1995). Aparentemente, esta perspectiva não leva em consideração um aspecto fundamental sustentado por DOS SANTOS, além de outros, e que virá a ser enfatizado na próxima seção: a conceituação holística da dependência. Na verdade, não se trata de estabelecer características que sejam próprias às economias individualmente consideradas, conforme os termos do desafio de LALL, mas sim características do sistema capitalista mundial. Vejamos a seguir.

## ***2. A formulação do sistema mundo***

Segundo DOS SANTOS (2000: 55-59), o enfoque do **sistema mundo** busca analisar a formação e a evolução do modo capitalista de produção como um sistema de relações econômico-sociais, políticas e culturais que nasce no fim da Idade Média européia e evolui para se tornar um sistema planetário e confundir-se com a economia mundial. Esse enfoque, ainda em elaboração, destaca a existência de um centro, uma periferia e uma semiperiferia, além de distinguir, dentre as economias centrais, uma economia hegemônica que articula o conjunto do sistema. WALLERSTEIN (1979)

Além desses aspectos, a teoria do sistema-mundo absorveu a noção de ondas e ciclos longos, formulados por BRAUDEL(1979), ligados ao movimento do capital financeiro, que se diferencia dos ciclos de KONDRATIEFF de cinquenta a sessenta anos. Dessa forma, a evolução do capitalismo é considerada como uma sucessão de ciclos econômicos, articulados com processos políticos, sociais e culturais.

Segundo WALLERSTEIN (1998:289), a economia mundo capitalista é um sistema que apreende uma desigualdade hierárquica de distribuição de riqueza baseada na concentração de certos tipos de produção (produção relativamente monopolizada e, portanto, de alta rentabilidade), em certas zonas limitadas, que, por isto mesmo, passam imediatamente a ser sedes de uma maior acumulação de capital. Esta concentração permite o reforço das estruturas estatais que, por sua vez, buscam garantir a sobrevivência dos monopólios correspondentes. Porém, como os monopólios são intrinsecamente frágeis, ao longo de toda

a história do sistema mundial moderno, esses centros de concentração têm sido “realocados” de forma constante, descontínua e ilimitada, mas significativa.

Os mecanismos de mudança são os ritmos cíclicos, dos quais dois são mais importantes. O primeiro reflete o tempo pela qual é possível proteger os monopólios econômicos mais significativos. O segundo é de realocação geográfica da produção cujos monopólios tenham-se esgotado, assim como os períodos de luta pelo controle dos futuros monopólios.

Os ciclos econômicos mais longos implicam luta entre os estados para chegarem a ser sucessores da potência anterior hegemônica, convertendo-se na sede principal da acumulação de capital. É um processo longo, que eventualmente implica ter força militar necessária para ganhar guerras longas. Uma vez que se haja instaurado uma nova hegemonia, sua manutenção requer considerável financiamento, o que inevitavelmente conduz a potência hegemônica em questão a um declínio, abrindo nova luta pela sucessão desta condição.

Assim sendo, essa formulação do “sistema mundo” requalifica o conceito de dependência, nos termos anteriormente apresentados, porque descaracteriza a idéia da dependência como uma qualidade imutável de algumas economias. Era esta formulação que permitia a crítica externa nos termos apresentados por LALL. Ao contrário, mostra que há uma relação constitutiva entre os países que são parte do sistema capitalista mundial, e que tende a se reproduzir em períodos de manutenção de hegemonia pela potência centralizadora do processo de acumulação.

A razão para que a dependência tivesse sido considerada no plano de cada uma das economias é que a discussão havia-se estabelecido historicamente por uma crítica dialética à concepção cepalina de dependência, que se constituía na principal vertente de interpretação do “subdesenvolvimento latino-americano” até os anos 1960. Para esta última, a dependência expressava-se concretamente na relação de trocas e era determinada por uma condição interna às economias.



Contudo, a exemplo da matriz européia – a teoria do desenvolvimento econômico – a teoria cepalina do subdesenvolvimento não foi capaz de construir uma explicação convincente para o fracasso dos esforços industrializantes dos anos 1950, que buscavam alterar a divisão internacional do trabalho e transformar as sociedades da região em sociedades de distribuição de riqueza mais justa. Mesmo assim, a teoria cepalina foi capaz de estabelecer o terreno do debate.

Nos termos do sistema mundo, a dependência é intrínseca. Embora a palavra dependência seja expressão de uma idéia de ausência de autonomia, nos termos do Aporte ela expressa muito mais a idéia de subordinação, isto é, muito mais uma incapacidade de interferir, política e economicamente, nos rumos da acumulação global do que na apropriação imediata dos seus resultados, ou na definição de rumos próprios que respeitem a determinação dos países dominantes e da nação hegemônica. Por esta razão, não cabe a utilização do conceito tradicional de centro/periferia da escola cepalina, que denota uma condição de determinação externa.

Em ARRIGHI (1997), há uma formulação interessante disto que estamos falando. Ao estudar a concentração de riqueza persistente na economia global dos anos 1990, ele mostra que há um **núcleo orgânico**<sup>6</sup> do capitalismo, formado pelos países que, no período de análise (últimos cinquenta anos), ocuparam as posições mais altas na hierarquia da riqueza global e, em virtude desta posição, estabeleceram (individual ou coletivamente) os padrões de riqueza a que todos os outros estados aspiram.

Nesses termos, a configuração de uma situação de periferia implica na ausência de graus de liberdade suficientes para uma gestão econômica minimamente independente. Mais precisamente do que uma condição de dependência, que denota ausência de autonomia (autodeterminação) e pode ser estendida ao conjunto dos países do sistema mundo em diferentes graus, há de fato **subordinação**.

---

<sup>6</sup> - O Núcleo Orgânico é formado por países de três regiões geograficamente distintas, incluindo a Grã-bretanha, os países da Escandinávia e do Benelux, a Alemanha, a Áustria, a Suíça e a França; América do Norte (EUA e Canadá); e Austrália e Nova Zelândia. (ARRIGHI, 1995:88).

A subordinação significa que as economias podem apresentar momentos de melhoras nos indicadores econômicos, sociais, mas, em momentos de instabilidade, a experiência histórica mostra que prevalecem os interesses centralizados do grande capital, mediados pela interferência dos Estados Nacionais, identificados com o **núcleo orgânico**.

No entanto, é preciso reconhecer que persiste alguma debilidade de tratamento à idéia de dependência /subordinação pela adoção do plano de análise das economias nacionais, no qual as políticas de desenvolvimento são privilegiadas. Como mostra CHESNAIS (1996), a dinâmica de acumulação do último quartel do século XX envolve um processo de reestruturação produtiva, com incorporação de tecnologias flexíveis, somado ao intenso movimento financeiro agora integrado. Estes fatores, tomados em conjunto, permitem que as unidades de capital comandem diretamente fluxos financeiros e reais muito superiores aos da fase anterior.

Mesmo assim, contraditoriamente, o potencial maior de comando tem produzido dificuldades operacionais que vêm sendo superadas por fusões e incorporações, engendrando concentração de mercado e unidades de capital tendencialmente maiores. Essas unidades têm gestão extensivamente centralizada, permitida pela informatização gerencial /organizacional própria ao novo padrão tecnológico<sup>7</sup>. São essas unidades que determinam a direção, o sentido e a localização dos investimentos, para além dos interesses dos governos dos países do **núcleo orgânico**. Eventualmente, esses interesses convergem com os interesses isolados de alguns países em desenvolvimento, engendrando situações históricas particulares.

A perspectiva a que fazemos referência não desconsidera, evidentemente, que hoje o comando e a apropriação da riqueza se dão ao nível das unidades de capital, relegando o âmbito dos Estados Nacionais a um segundo plano. Porém, mesmo levando em conta este

---

<sup>7</sup> É interessante observar que a gestão extensivamente centralizada adere-se notavelmente à indicação da Teoria de Organização Industrial (amplamente considerada) dos anos 1960 e 1970, que apreendia as limitações estratégicas de subsidiárias de empresas multinacionais, considerando-as subordinadas aos interesses dos controladores estrangeiros.

aspecto, o que se percebe é que há um crescimento da concentração da riqueza essencialmente nos mesmos países do período pretérito (o núcleo orgânico). Isto faz com que a convergência de posições a que fizemos menção para os países em desenvolvimento que dependem de fluxos de investimento para administrar os seus balanços de pagamentos, também ocorra para os países desenvolvidos, só que em outros termos. Neste último caso, a convergência se sustenta em nível do exercício do poder político que os Estados nacionais permitem, e sob o interesse dos detentores de riqueza, que controlam as principais unidades de capital.

Essas indicações podem ser aferidas empiricamente. A localização espacial e jurídica da riqueza – o plano das economias nacionais – estabelece uma evidência empírica de concentração, que funciona como um indicador defasado dos caminhos percorridos pelo processo global de acumulação. A idéia é que há um lócus privilegiado da acumulação de capital, coincidente com a delimitação política dos países do núcleo orgânico. As unidades de capital, não obstante a diversificação e aumento significativo de tamanho, têm bases privilegiadas de localização, onde realizam uma parcela relativa maior do gasto necessário à manutenção e expansão da acumulação.

Entendemos que é possível uma reformulação dos termos da dependência para considerar os aspectos aqui discutidos. Faremos isto na seção que se segue.

### **3. Pontos em aberto no debate sobre dependência**

Para finalizar provisoriamente nossa revisão das questões relacionadas à dependência, voltemos novamente aos pontos controversos relacionados ao debate sobre dependência colocados por HUNT (2003). Na verdade, os “problemas” colocados por ela consistem em obstáculos para que o Aporte ganhe o status de uma teoria geral.

*“Na minha opinião, podemos tirar deste debate inicial sobre dependência uma definição amplamente aceita de dependência econômica (que está relacionada ao trabalho do professor DOS SANTOS) e um arcabouço metodológico também amplamente aceito para a análise da dependência relacionado aos trabalhos dos professores CARDOSO e PALMA. Esta metodologia está incluída num arcabouço teórico mais amplo para o estudo da dependência. Mas nós não temos uma teoria da*

*dependência ampla e distinta, no sentido de uma teoria geral válida de como a dependência condiciona o desenvolvimento da periferia.” (pág. 3)*

De fato, colocado nesses termos, o Aporte da Dependência não configura uma teoria geral. Entretanto, se destacarmos do conjunto dos autores chamados dependentistas a corrente representada aqui neste artigo pelo trabalho de THEOTÔNIO DOS SANTOS, verificaremos que há um conceito de dependência muito bem definido, embora o mesmo esteja abrigado numa concepção do sistema capitalista como um sistema mundo, nos termos de WALLERSTEIN (1987).

No bojo do sistema mundo, há uma especificação bastante clara da condição de dependência. Esta condição não é uma condição imutável nos parâmetros do capitalismo, conforme formulou originalmente PAUL BARAN (1957), embora a sua superação não possa ocorrer por um processo interno a cada uma das economias. A possível mudança de condição depende de um processo de reordenamento do sistema, com necessária mudança de hegemonia. O reordenamento não supera a existência de países dependentes, mas hipoteticamente abre espaço para reinserções individuais.

A vertente do capitalismo associado, representada pela contribuição de CARDOSO e FALETO, tem uma consideração parecida, mas o enfoque dos determinantes da mudança é interno às economias. De certa forma, o enfoque do sistema mundo tem um grau de determinação de dependência muito maior, pois relaciona a mudança a reordenamento global.

Ressalte-se que a inspiração Braudeliana da formulação do sistema mundo pretende-se mais geral do que seria se ficasse circunscrita aos parâmetros do capitalismo moderno. Como mostrou ARRIGHI (1995), a sucessão de etapas remonta ao século XVI. No entanto, a constituição dos Estados-nação, base da formulação feita por THEOTÔNIO DOS SANTOS e que poderia abrigar o conceito de dependência, é do século XIX. Portanto, pelo menos no que diz respeito à dependência, haveria uma colagem com as transformações do capitalismo na sua fase mais avançada.

Em função do seu caráter necessariamente histórico, a dependência não pode ser colocada num plano categorial. A dependência é um conceito analítico que apreende a manifestação de uma subordinação cuja existência e forma são variáveis. A dependência não é constitutiva ao capitalismo, conformando-se com o sistema capitalista global em que a divisão internacional do trabalho é expressão das diferenças de capacidade de intervenção de cada uma das economias na sua própria dinâmica.

Em seu livro mais recente, THEOTÔNIO DOS SANTOS (2000:7), na qualidade de ser um dos defensores mais radicais do **Aporte da Dependência**, propõe-se a “retomar o fio da meada de uma polêmica que está profundamente associada à história dos povos colonizados e dependentes”.

Nesta tarefa, escolhe como ponto de partida um balanço crítico das principais contribuições ao tema. Ele utiliza cinco livros como base de avaliação das contribuições mais importantes ao tema da dependência, todos eles publicados no breve período de 1989\90 – Development Theory and the Three Worlds, HETTE (1990); Economic Theories of Development, HUNT (1989); Latin American Theories of Development and Underdevelopment, KAY (1989); Theories of Development, LARRAIN (1989); e Democracy and Development in Latin America, LECHMAN (1990).

Segundo DOS SANTOS, a origem da Teoria da Dependência<sup>8</sup> está marcada historicamente pelo debate realizado em torno das políticas de desenvolvimento empreendidas pelos países considerados subdesenvolvidos, e em torno dos seus resultados relativos ao período que vai do final dos anos 1950 ao início dos anos 1960. Ali ficava claro que a opção pela industrialização coordenada e, na maior parte dos casos, realizada pelos Estados nacionais, apresentava limitações que precisavam ser compreendidas.

---

<sup>8</sup> A referência distintiva a “teoria” em relação a “aporte” utilizada por THEOTÔNIO DOS SANTOS – Teoria da Dependência – denota uma avaliação de solidez teórica das idéias maior do que a avaliação que fazem os críticos. A “teoria” constitui-se numa mediação entre as transformações do real e a apreensão em nível do pensamento. Trata-se de um ordenamento mental de aspectos que não estão claramente articulados para serem imediatamente compreendidos, assimilados e passíveis de orientar a prática. A referência à Teoria da Dependência implica numa avaliação de que existem maiores pontos em comum do que de divergência dos autores que fazem parte do Aporte.

*“... a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização”.*(DOS SANTOS, 2000:26).

Desta consideração, THEOTÔNIO subliminarmente assume que ali, naquele momento histórico, nasce uma divergência de concepção entre duas das linhas que ele parece considerar como as mais ricas – a neo-Marxista e a do “capitalismo associado”. Talvez para sustentar esta leitura, ele afirma que é dessas duas correntes que se estabelece um debate a respeito alcance e pertinência da Teoria da Dependência, e das estratégias de ação colocadas pelas políticas de desenvolvimento na Periferia.

Um aspecto síntese dessas divergências e debate é o das possibilidades de desenvolvimento na Periferia. Os neomarxistas consideram que o sistema capitalista, uma vez constituído, apresenta limites, mais ou menos rígidos, a depender das circunstâncias históricas, da natureza das inserções, de tal maneira que aos países periféricos não se apresentariam possibilidades concretas de desenvolvimento social. Haveria uma possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas, porém, dadas as condições particulares de superexploração do trabalho, este desenvolvimento não se converteria em progresso extensivo das condições de vida, pois os benefícios – a apropriação do excedente – ocorreriam de forma particularmente concentrada. Esta é uma consideração teórico-histórica de caráter generalizável para o sistema capitalista, com força suficiente para justificar a afirmação de que haveria uma qualificação à abordagem do imperialismo, com uma perspectiva diferenciada do significado do mesmo.

A vertente representada por CARDOSO não admite esse alcance teórico, chegando a afirmar que:

*“Em crítica recente foi ressaltada a hesitação com que lido com a idéia de dependência: noção, conceito, ‘teoria’, caracterização ‘concreta’ ou o quê? O reparo*

*neste ponto como em alguns outros mais, é procedente. Em parte esta hesitação pode ser explicada por motivos político-ideológicos, em parte, entretanto, ela deriva da falta de definição mais clara do universo de discurso teórico em que me situo.*

*(...) O sentido prático do estudo sobre a dependência, no contexto latino-americano, deriva da maior sensibilidade que este tipo de abordagem poderia ter para discriminar situações de dependência e especificar, em cada uma delas, quem são os contendores reais na luta política pela dominação econômica. Na medida em que a ‘dependência’ passa a ser o ‘amálgama confuso’ de relações e articulações indeterminadas (como em alguns textos passou a ser) e na medida em que se pretende fazer uma ‘teoria’ a partir da opacidade de um ‘conceito’ brumoso, minha reação imediata é a de recusar foros de ciência a este tipo de ideologia.*

*Entretanto, além dessa reserva (que é compartilhada por certo por quem encara o tema com seriedade), existe outra, de natureza intelectual. Eu não penso que a categoria (estou usando esta expressão sem atribuir-lhe dimensão diversa da expressão conceito) de dependência possua o mesmo status teórico das categorias centrais da teoria do capitalismo. A razão para isto é óbvia; não se pode pensar na dependência sem os conceitos de mais-valia, expropriação, acumulação, etc. A idéia de dependência se define no campo teórico da teoria marxista do capitalismo.(CARDOSO, 1995:100).*

Por certo, esta divergência quanto ao alcance teórico do Aporte não pode ser aqui reproduzida, mas ela serve para nos informar em que base ocorre o debate que vai, a um certo momento, orientar duas posições bem definidas de estratégias de desenvolvimento. A primeira delas – neomarxista – é uma posição muito forte de avaliação de que o desenvolvimento social<sup>9</sup> não tem possibilidades de ocorrer na Periferia, nos limites do capitalismo. Assim, uma estratégia natural de desenvolvimento é de luta política de oposição à razão da acumulação, ou, se quisermos, uma luta política de oposição aos desígnios do mercado, ampliando o escopo da intervenção do Estado.

Vale a reprodução de um trecho de MARINI (2000) que se segue a uma avaliação da natureza do processo de “globalização” e das razões que teriam permitido o avanço do

---

<sup>9</sup> Desenvolvimento social é uma terminologia que não faz parte da literatura e que aqui estamos utilizando para nos referirmos a um progresso social compatível com os níveis de desenvolvimento alcançados pelos países centrais do sistema capitalista.

neoliberalismo. A crítica mais aguda vai contra a tentativa de construção de uma pretensa estratégia comum de superação do “subdesenvolvimento” pela via do mercado. Há uma comparação das situações dos países da América Latina, onde houve uma adoção muito mais entusiástica, com a situação de países asiáticos, particularmente a Coreia do Sul, onde se preservou o controle pelo Estado do sistema financeiro e das políticas ativas de desenvolvimento.

*“A incompetência que estão demonstrando as classes dominantes latino-americanas e seus Estados para promover a defesa de nossas economias transfere para os trabalhadores a exigência de tomar a iniciativa. A ameaça de desindustrialização que se abate sobre a região, os atrasos que apresenta o sistema educacional e a insuficiência das políticas científicas e tecnológicas, somados à falta de políticas centradas no desenvolvimento econômico –, colocam a América Latina na ante-sala de uma situação caracterizada pela exclusão de amplos contingentes populacionais em relação às atividades produtivas, pela degradação do trabalho e pela deterioração dos padrões salariais e de consumo.*

*Os trabalhadores não poderão reverter essa situação se, depois de assegurarem sua unidade de classe, não se colocam firmemente no terreno da luta pela democratização do Estado, a fim de retirar das classes dominantes o controle da economia e, sobre a base de uma mobilização lúcida e perseverante, estabelecer um projeto de desenvolvimento econômico compatível com a nova configuração do mercado mundial. Só sua intervenção ativa na formulação e implementação das políticas públicas e a ampla utilização dos instrumentos da democracia direta, da participação popular e da vigilância cidadã podem proporcionar aos povos latino-americanos condições adequadas para ganhar um lugar ao sol no mundo do século XXI. É neste sentido que a questão econômica se tornou hoje, mais do que nunca, uma questão política ou, o que dá no mesmo, que a luta contra a dependência não pode se divorciar da luta pela democracia.*

*(...) A constituição progressiva de um verdadeiro proletariado internacional, que é a contrapartida necessária da globalização capitalista, permitirá recolocar em novas bases a luta dos povos por formas de organização superiores.” (págs. 293-295)*

Em oposição a esta estratégia política sustentada por MARINI, CARDOSO e FALETO (1979) ressaltam as ligações entre as burguesias de países centrais e periféricos, mostrando que



nesses últimos consolidam-se interesses que dificultam o desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva nacional. Este é na verdade o aspecto principal de crítica que os mesmos fazem à Escola Cepalina, que teria desconsiderado a dimensão política da dependência. No entanto, como CARDOSO e FALETO rejeitam a dependência como um âmbito teórico específico, tomando-a como um conceito analítico, que tem o sentido de apreender uma questão relativa ao desenvolvimento capitalista histórico, sustentam que é preciso realizar estudos das suas diversas formas fenomênicas – os estudos de como a dependência apresenta-se nas diversas formações sociais.

Assim, aceitando a validade da idéia de dependência como uma razão para um atraso relativo no desenvolvimento capitalista na Periferia, sugerem uma estratégia de desenvolvimento que não pode ser completamente generalizada, sobretudo se compararmos com a estratégia exposta por MARINI. O traço em comum às duas estratégias é que se aceita que há uma possibilidade de desenvolvimento na Periferia, certamente submetida aos limites dos interesses do capitalismo monopolista, cuja direção é centralizada nos países mais desenvolvidos, com vínculos orgânicos nos países subdesenvolvidos. Porém, para CARDOSO e FALETO existem especificidades nas estratégias nacionais que dependem das condições concretas de cada um dos países, o que abre a possibilidade para uma política de desenvolvimento que, em determinadas circunstâncias de disponibilidade de recursos naturais e tamanho de mercado, venha a encurtar o hiato histórico de desenvolvimento com as economias desenvolvidas.

Como admite DOS SANTOS (2000:35), essa tese ganhou força internacional e criou o ambiente ideológico da aliança de centro-direita que veio a se realizar na década de 1980, no México, Argentina, Peru, Venezuela, Bolívia e Brasil. Forças políticas de natureza populista ou liberal acabaram por conceder apoio aos programas de ajuste, aqueles que podem ser extraídos da agenda do Consenso de Washington, que visavam assegurar a estabilidade monetária e a garantia de fundamentos econômicos sólidos, nada mais do que uma garantia de que os “interesses internacionais”, ligados organicamente ao grande capital e a investidores institucionais, estariam preservados.

Contudo, os efeitos dos programas de ajuste e das políticas deles derivadas não foram os esperados. As reformas e as políticas econômicas neoliberais engendraram uma instabilização estrutural – uma condição em que problemas econômicos localizados em economias ou regiões estendem-se para o conjunto do sistema capitalista. Nesta condição, os países periféricos funcionam como instâncias de ajuste – em condições de crescimento global são alavancados pelas perspectivas de ganhos extraordinários que apresentam; em condições de instabilização, como acontece no momento com a guerra e dominação americana no Iraque, são considerados como áreas de risco, nas quais as aplicações de capital e investimentos financeiros devem ser diminuídos.

Este é tipicamente um fenômeno de dependência, que se apresenta com uma clareza muito maior do que no período em que os países da Periferia eram considerados “atrasados”, “subdesenvolvidos”, ou “pré-capitalistas”. Neste sentido, sustentamos que a questão da dependência é recolocada pelas próprias transformações do capitalismo, merecendo nossa atenção. Ao mesmo tempo, reconhecemos que o “peso dos argumentos” em favor de uma teoria geral da dependência continua frágil.

#### **4. Conclusões**

Neste artigo, procuramos sistematizar os aspectos principais do que seria hoje um debate sobre a dependência. Para tanto, referimo-nos a trabalhos e autores que são identificados com esta temática e que ainda apresentam relevância para a compreensão dos limites que se apresentam ao desenvolvimento dos países da América Latina e outros países da Periferia. Desta sistematização depreende-se que algumas das questões do debate originário e que foram a base da constituição do Aporte da Dependência continuam válidas. Das vertentes do Aporte, as duas que tratamos, e que consideramos as mais representativas de uma visão crítica do desenvolvimento capitalista, tomaram caminhos diferentes para superar as questões teóricas não resolvidas.

A primeira delas, a neomarxista, formulou a idéia de sistema-mundo que confere ao conceito de dependência um sentido geral de subordinação constitutiva. Neste plano, o sistema capitalista seria intrinsecamente desigual e geneticamente formado por países

dominantes e subordinados. Além disso, a condição de subordinação reproduziria-se como um mecanismo de adaptação na margem das instabilidades intrínsecas do sistema capitalista. Ela seria uma condição própria ao âmbito da concorrência, em nível da pluralidade dos capitais, e resultado do processo histórico de formação e desenvolvimento do capitalismo global.

A segunda vertente, a do capitalismo associado, adotou a via dos estudos dos casos particulares, sob o argumento de que a dependência não é teoricamente generalizável, tampouco uma situação intrínseca à forma pela qual uma parcela dos países capitalistas transitou ao capitalismo avançado e ingressou na divisão internacional do trabalho. Há possibilidades de desenvolvimento capitalista cujo potencial depende de condições internas aos países.

Portanto, a divergência pode ser simplificada como uma diferença de posições a respeito das condições internas aos países que fazem parte do sistema capitalista global. A posição neomarxista enfatiza a importância do movimento global para a determinação das situações de dependência, enquanto que o capitalismo associado enfatiza a determinação das forças internas.

Por outro lado, um ponto que foi polêmico na origem do Aporte da Dependência e que transparece na definição de THEOTÔNIO DOS SANTOS de que os países são dependentes quando não têm autodeterminação de desenvolvimento não nos parece mais pertinente num momento histórico de avanço significativo do processo de integração das economias, sobretudo dos mercados financeiros. Há claramente um grau crescente de interdependência entre as economias.

Por fim, parece-nos que a idéia de Aporte Teórico, um conjunto de trabalhos com certos pontos de contato, perdeu-se totalmente. O processo de globalização – a integração dos mercados financeiros e a extensão da produção em escala global – remeteu obrigatoriamente a determinação das políticas de desenvolvimento ao âmbito supranacional. Além disso, o caminho tomado por alguns dos antigos membros do Aporte

de conceder uma razão de fundo ao mercado global, passando a considerar que o aprofundamento da relação das economias com o mercado internacional poderia ser estruturalmente virtuoso afasta-os definitivamente da perspectiva crítica.

## **Bibliografia**

- ALMEIDA FILHO N. & CORRÊA, V. P. (2.000). “Transição brasileira: a configuração exemplar da nova forma de dependência dos países em desenvolvimento”, Anais da Jornada de Economia Política, ANPEC/SBE/SEP, Campinas.
- AMIN, S. (1976) **Unequal Development**. Harvest Press.
- ARAÚJO, E.S. (2001) A Teoria da Dependência Enquanto Interpretação do Desenvolvimento Capitalista nas Formações Sociais Periféricas: As Versões de Cardoso e Marini. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, UFU, Uberlândia, 132p.
- ARRIGHI, G. (1995). A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo. In: SADER, E., org. **O mundo depois da queda**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ARRIGHI, G. (1997). “A ascensão do leste asiático: um milagre ou muitos?”. In ARRIGHI, G. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 53-92.
- BARAN, P.A. (1952) “On the Political Economy of Backwardness”. In JAMESON, K.P. e WILBER, C.K. (eds.) (1996) **The Political Economy of Development and Underdevelopment**, 6ª edição; New York: McGraw-Hill, pp 93-105.
- BARAN, P.A. e SWEEZY, P. (1966) **The Theory of Capitalism Development**. Monthly Review Press.
- BOTTOMORE, T. (1988) **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar.
- CARDOSO, F.H. (1995) **As Idéias e o seu Lugar**. 2ª. edição; Petrópolis, RJ: Vozes.
- CARDOSO, F.H. e FALETO, E. (1969) **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7ª. edição; Rio de Janeiro: Guanabara.
- CORRÊA, V.P. & ALMEIDA FILHO, N. (2002) “Armadilha Macroeconômica e Custos de Reversão no Curto Prazo: os Dilemas da Política Econômica no Brasil”. Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política, Curitiba, PR.
- DOS SANTOS, T. (1970) “Structures of Dependence”. **The American Economic Review**, New York, pp 231-236.
- DOS SANTOS, T. (2000) **A Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FRANK, A.G. (1977) “Dependence is dead, long live dependence and the class struggle”. **World Development**, vol.5 (4), April.
- FRANK, A. G. (1980) **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense.
- FRANK, A.G. (1967) **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. Monthly Review Press.
- FRANK, A.G. (1970) **Lumpenbourgeoisie: Lumpendevlopment**. Monthly Review Press.
- HETTE, B. (1990) **Development Theory and the Three Worlds**. SAREL Report, R-2, Estocolmo.
- HUNT, D. (1989) **Economic Theories of Development**. London: Harvester.

- HUNT, D. (2003) “Análise da Dependência no início do século XXI: algumas questões importantes”. Mimeo. Texto apresentado no II Workshop Internacional Economia & Desenvolvimento, IE-UFU.
- KALECKI, M. (1977) **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: HUCITEC.
- KAY, C. (1989) **Latin American Theories of Development and Underdevelopment**. Londres: Routledge.
- LARRAIN, J. (1989) **Theories of Development**. Londres: Blackwell.
- LALL, S. (1975) “Is dependency a useful concept in analyzing underdevelopment?”. **World Development**, vol. 3(11-12), November-December.
- LECHMAN, D. (1990) **Democracy and Development in Latin America**. Philadelphia: Temple University.
- LENIN, V. (1982) **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. 2<sup>a</sup>. Edição; Global Editora..
- MARINI, R.M. (2000) **Dialética da Dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- PALMA, G. (1979) “Dependency and development: a critical overview”. In ROXBOROUGH, I. **Theories of Development**. Macmillan Press.
- SWEEZY, P. (1976) **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. 4<sup>a</sup> edição; Rio de Janeiro, Zahar.
- WALLERSTEIN, I. (1987) **El Moderno Sistema Mundial – vol I e II**. Madrid, Espanha: Siglo Veintiuno.
- WALLERSTEIN, I. (1998) “Paz, Estabilidad y Legitimación – 2025-2050”. In SEGRERA, F.L. (ed.) **Los Retos de la Globalización – ensayos em homenaje a Theotônio dos Santos, vol. 1**. Caracas, Venezuela: UNESCO, pp 287-314.